

## **COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO**

### **PROJETO DE LEI Nº 2.700, DE 2003**

Acrescenta a alínea *h* ao art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que trata sobre o imposto de renda pessoa física.

**Autor:** Deputado HOMERO BARRETO

**Relator:** Deputado VIRGÍLIO GUIMARÃES

#### **I - RELATÓRIO**

Com o projeto em epígrafe, pretende-se permitir a dedutibilidade, para efeito da apuração da base de cálculo do imposto sobre a renda das pessoas físicas, do “valor pago a título de aluguel residencial, quando o contribuinte for locador de um único imóvel de sua propriedade, limitado ao valor de locação comprovadamente auferido e apresentado na declaração de ajuste anual do imposto”.

O feito vem a esta Comissão, na forma regimental, para verificação prévia da compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira e, se não houver óbice quanto a esse critério, para apreciação do mérito da proposição.

Consta, em termo de 5 de abril de 2004, não terem sido apresentadas emendas no prazo regimental.

## II - VOTO DO RELATOR

Do ponto de vista preliminar, da compatibilidade da proposição com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, cabe observar que a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004 (lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003), em seu art. 90, condiciona a aprovação de lei à satisfação dos requisitos do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).

O dispositivo em referência impõe que a concessão de benefício tributário do qual decorra renúncia de receita deva estar acompanhado de demonstrativo do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, seja comprovando que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias, seja fazendo-a acompanhar de medidas de compensação, no período mencionado, por meio do aumento de receita proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

O mesmo dispositivo define, em seu parágrafo primeiro, o conceito de renúncia a ser considerado, incluindo “modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado”, conceito esse que abrange precisamente o objeto da proposição em foco.

Está claro que o ilustre Autor da proposição não se ocupa, de maneira genérica e isonômica, com a sorte de todos os titulares de locação ou sublocação de imóveis, mas pretende beneficiar, exclusiva e diferenciadamente, aqueles proprietários de um único imóvel residencial que sejam locatários de outro imóvel residencial.

Nessas condições, malgrado os nobre propósitos que por certo inspiraram a proposição, é forçoso admitir que ela sucumbe ao crivo incontornável da adequação orçamentária e financeira, ficando assim prejudicada a análise do mérito, por força do que dispõe o art. 10 da Norma Interna desta Comissão.

Pelas razões expostas, VOTO PELA INADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PROJETO DE LEI Nº 2.700, de 2003.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2004.

Deputado VIRGÍLIO GUIMARÃES  
Relator